

## MENSAGEM

Mata de São João, 20 de dezembro de 2022.

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Mata de São João – BA.**

Submeto à apreciação de Vossa Excelência e dignos Pares o Projeto de Lei Complementar, em caráter de urgência especial, que “Altera o Anexo X da Lei Complementar nº 006/2022 - Código Tributário e de Rendas do Município de Mata de São João, Estado da Bahia”.

O objetivo deste propósito é alterar a Tabela de Receitas nº X do Código Tributário e de Rendas do Município de Mata de São João, a fim de melhor descrever os montantes a serem cobrados pela utilização dos bens públicos municipais, dando maior transparência quanto aos preços públicos cobrados pela disponibilização de cada um dos principais equipamentos públicos.

Ante o exposto, e com a certeza de contar com a valiosa colaboração de Vossa Excelência e dos digníssimos Edis no sentido de aprovar o Projeto de Lei Complementar em anexo, em **regime de URGÊNCIA ESPECIAL**, desejo votos de estima e elevado apreço a todos que honram o Poder Legislativo.

Respeitosamente,

**JOÃO GUALBERTO VASCONCELOS**  
**Prefeito do Município**

A Sua Excelência o Senhor  
Elinaldo de Santana Rodrigues  
Presidente da Câmara Municipal de Mata de São João - Bahia  
NESTA



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº \_\_/2022, DE 20 de DEZEMBRO DE 2022**

**“Altera o Anexo X da Lei Complementar nº 006/2022 - Código Tributário e de Rendas do Município de Mata de São João, Estado da Bahia”**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Mata de São João aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterada a Tabela de Receitas nº X da Lei Complementar nº 006/2022 - Código Tributário e de Rendas do Município de Mata de São João.

**Art. 2º** A Tabela de Receitas nº X não se aplica à hipótese de Preço Público decorrente da Lei 464/2011, cujo valor será cobrado de acordo com as previsões do art. 2º da referida Lei.

**Art. 3º** Ato do Poder Executivo disciplinará as regras de concessão de bens públicos, bem como a forma de utilização do referido patrimônio público.

**Art. 4º** Os valores de que trata a Tabela de Receitas nº X do Código Tributário e de Rendas do Município de Mata de São João (Lei Complementar nº 006/2022) poderão ser atualizados anualmente, por ato do Poder Executivo, com base na variação do IPCA-E, Índice de Preço ao Consumidor Amplo - Especial da Fundação IBGE, ou, na falta deste, outro índice que reflita a inflação do período.

**Art. 5º** Ficam inalterados todos os demais dispositivos da Lei Complementar nº 006/2022 e seus respectivos anexos.

**Art. 6º** Esta Lei Complementar entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO, ESTADO DA BAHIA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2022**

**JOÃO GUALBERTO VASCONCELOS**  
Prefeito do Município



## ANEXO

### TABELA DE RECEITAS Nº X DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 006/2022

#### PREÇO PÚBLICO PARA UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS

A - CENTRO DE CONVENÇÕES DE PRAIA DO FORTE		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01	Salão Garcia d Ávila Até 550 pessoas em auditório	R\$ 5.000,00 por dia de uso.
02	Salas anexas /Tartaruga e Jubarte – 100 pessoas	R\$ 1.500,00 por dia de uso
B - CENTRO DE TREINAMENTO DE PRAIA DO FORTE		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01	Campo de Futebol – uso por 03h00 – entre 8h00 e 15h00	R\$ 5.000,00 – Uso do Espaço Superior com vestuário (sem banheira)
02	Campo de Futebol – Uso por 02h00 – entre 08h00 e 12h00	R\$ 3.000,00 – Uso do Espaço Superior com vestuário (sem banheira)
03	Campo de Futebol – uso por 01h30 – entre 8h00 e 12h00	R\$ 2.000,00 – Uso do Espaço Superior com vestuário (sem banheira)
C – CASA DA CULTURA (SEDE)		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01	Auditório p/ 350 pessoas	R\$1.000,00 para utilização até 12h
02	Foyer p/ 350 pessoas	R\$ 500,00 para utilização por até 12h
03	Espaço Completo p/ 350 pessoas	R\$ 1.500,00 para utilização por até 12h
D – OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS NÃO ESPECIFICADOS		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01	Bens públicos/ áreas públicas - utilização por concessão de direito real de uso/ cessão de uso/ permissão de uso/ autorização de uso, não especificados nos itens anteriores.	De R\$ 1,00 a R\$ 100.000,00 (Mediante avaliação de mercado ou outra forma de cotação)
OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES		
1. Eventos que necessitem de 01 (uma) diária p/ montagem e (ou), 01 (uma) diária p/ desmontagem será cobrado, 30% (trinta por cento) em relação ao valor estabelecido para a diária do uso total do prédio. Ex. valor pelo uso total do prédio por 01 (hum) dia: R\$ 8.000,00, sendo o valor da diária de montagem ou desmontagem (pré ou pós evento), R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).		
2. Eventos a serem realizados nas áreas externas, do Centro de Convenções ou Centro de Treinamentos de Praia do Forte, terão como tarifa o valor R\$10.000,00 (dez mil reais). As diárias de operações de montagem e (ou) desmontagem devem ser tarifadas em 20% (vinte por cento), em relação ao valor total do espaço. Ex.: valor total pela utilização do espaço, R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo o valor da diária de montagem ou desmontagem (pré ou pós-evento), R\$ 2.000,00 (dois mil reais).		



3. Toda ação ou material, necessários no evento a ser realizado, deverão ser providenciados pelo (a) contratante, na locação de qualquer uma das salas, do salão ou áreas externas.

4. No ato do evento, equipes de trabalho, limpeza e manutenção, bem como brigadistas e enfermagem devem ser providenciados pelo contratante.

5. Aos grupos “A” e “C” deste anexo, está inclusa a utilização de ar condicionado, água potável, energia elétrica, camarins, banheiros, espaço para organização e distribuição de bebidas e refeições.

6. Casos especiais, tarifas diferenciadas e concessões gratuitas para instituições públicas e afins, serão tratados diretamente com a Secretaria de Turismo, mediante pleito prévio, com as devidas justificativas.

7. Contrapartidas ambientais e sociais poderão ser exigidas como parte de obrigação acessória, na concessão para utilização de bens públicos, a exemplo da aplicação da Lei Municipal nº 535/2013, a Lei do Carbono Zero.

\* A cobrança inerente ao preço público independe de cobrança de impostos e taxas correspondentes a atividades que sejam realizadas nos referidos espaços.





# ESTADO DA BAHIA

## CÂMARA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO

### MANIFESTO DO DOCUMENTO

Projeto de Lei Complementar

**Protocolo Nº:** 1617

**Protocolo Data:** 20/12/2022

**Documento Nº:** 7/2022



Gerado por Thiago Moura Miranda na repartição Gerência Legislativa dia 20/12/2022 às 16:22

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

**BJXFE-YKDJJ-GPLWG-9T7HM-3C3H5**

Para confirmar a autenticidade acesse <https://ba-matadesaojoao-camara.sistemalegislativo.com.br/validador-assinatura>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei Federal 14.063/2020.



**Nome** Thiago Moura Miranda  
**Data e hora** 20/12/2022 16:25  
**IP** 177.136.115.122  
**Tipo** Eletrônica